

OS NOVOS EXCLUÍDOS DA MODERNIDADE: ACELERAÇÃO SOCIAL E O FECHAMENTO DE ESCOLAS RURAIS EM SÃO LOURENÇO DO SUL

ANGELITA VARGAS KOLMAR¹; NADIA DOS SANTOS GONÇALVES PORTO²;
JOVINO PIZZI³

¹UFPEL 1 – angelitavargaskolmar@gmail.com

²UFPEL – nadia.porto.ufpel@gmail.com

³UFPEL – jovino.piz@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Entre 1997 e 2020, mais de 80 mil escolas rurais foram eliminadas do sistema educacional brasileiro, configurando um dos mais dramáticos processos de exclusão de direitos sociais da história contemporânea (INEP, 2021). Este fenômeno não representa apenas uma questão demográfica ou econômica, mas materializa novas formas de violência social características da modernidade tardia, onde comunidades inteiras são marginalizadas por sua incapacidade de sincronizar-se com os ritmos acelerados das políticas públicas contemporâneas.

HARTMUT ROSA (2019; 2022), sociólogo alemão da terceira geração da Escola de Frankfurt, oferece ferramentas teóricas inovadoras para compreender este processo através de sua teoria da aceleração social. Para ROSA, a modernidade tardia produz "novos grupos sociais dos determinantemente excluídos" (2022, p. 89) — populações que, independentemente de seus recursos materiais ou culturais, tornam-se estruturalmente incompatíveis com as temporalidades, critérios de eficiência e demandas de padronização impostas pela sociedade acelerada, divergindo da exclusão baseada em classe social ou capital econômico.

No município de São Lourenço do Sul, essa dinâmica manifestou-se de forma paradigmática: entre 2018 e 2020, 18 escolas multisseriadas foram fechadas através de processos decisórios concentrados que eliminaram instituições centenárias em reuniões únicas, desconsiderando vínculos pedagógicos, significados comunitários e especificidades territoriais. Este caso exemplifica como a lógica aceleratória penetra concretamente nas políticas educacionais, subordinando a educação rural a critérios externos de racionalização administrativa que produzem formas específicas de alienação educacional, onde comunidades perdem a capacidade de afetar as decisões que organizam suas experiências de vida (SÃO LOURENÇO DO SUL, 1984, 2018, 2019, 2020).

Esta pesquisa investiga como os processos de aceleração social constituíram fator determinante para esses fechamentos, analisando documentalmente os padrões discursivos, temporais e decisórios que evidenciam a operacionalização prática dos mecanismos teorizados por ROSA. O objetivo central é demonstrar que os fechamentos não resultaram de fatores isolados, mas da imposição sistemática de uma racionalidade aceleratória que violou direitos sociais constitucionalmente garantidos ao eliminar o acesso territorial à educação para populações rurais (HAGE, 2014; FREITAS, 2014).

A relevância deste estudo transcende o caso específico, oferecendo diagnóstico crítico sobre como dinâmicas globais da modernidade tardia manifestam-se em transformações locais, conectando-se diretamente com os

objetivos da "UFPEl Afirmativa" ao evidenciar como políticas aparentemente neutras perpetuam injustiças sociais e ambientais.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa fundamentada na análise documental crítica, articulando procedimentos interpretativos da tradição frankfurtiana com técnicas sistemáticas de análise de conteúdo. A escolha metodológica justifica-se pela necessidade de acessar os processos decisórios educacionais através de seus registros oficiais, identificando padrões discursivos que revelem a operacionalização prática dos mecanismos de aceleração social teorizados por ROSA (2019; 2022).

O corpus documental foi constituído através de levantamento preliminar junto à Secretaria Municipal de Educação, de São Lourenço do Sul e ao Conselho Municipal de Educação (CME) que forneceram atas de reuniões deliberativas, decretos municipais de fechamento, ofícios de comunicação às comunidades e ao CME e pareceres expedidos pelo CME. O período analisado (2018-2020) foi delimitado por representar o ciclo concentrado de fechamentos que eliminou quase todas as escolas multisseriadas do município — restando apenas a escola municipal de ensino fundamental São João —, configurando corpus suficiente para análise do fenômeno.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental preliminar — considerando-se que ainda existem documentos a serem levantados e analisados — revelou a operacionalização sistemática da lógica aceleratória nos processos educacionais rurais de São Lourenço do Sul, evidenciando cinco padrões que materializaram empiricamente os mecanismos teorizados por ROSA (2019; 2022). Estes padrões não emergiram como fenômenos isolados, mas constituíram uma arquitetura administrativa coerente que subordinou decisões educacionais a critérios externos de racionalização burocrática.

O primeiro ponto identificado foi a padronização discursiva absoluta: todos documentos levantados até o momento, relacionados aos processos de fechamento, utilizaram fórmulas textuais praticamente idênticas, com justificativas técnicas uniformes que eliminaram qualquer referência às especificidades comunitárias. Expressões como "inadequação da estrutura física", "inviabilidade econômica" e "necessidade de otimização de recursos" foram sistematicamente reproduzidas, configurando uma linguagem burocrática que transformou realidades educacionais complexas em problemas técnicos padronizados. Este fenômeno exemplifica o que ROSA (2022) denomina "violência da abstração", onde particularidades locais são eliminadas através de categorias administrativas universalizantes.

O segundo padrão constituiu a compressão temporal decisória radical: escolas com histórias centenárias foram eliminadas através de processos concentrados em reuniões únicas, com prazos médios de deliberação de apenas 15 dias entre proposta e implementação. A documentação evidencia que nenhum processo incluiu períodos de consulta comunitária, estudos de impacto social ou avaliações pedagógicas aprofundadas. Esta compressão temporal materializa a "aceleração da mudança social" teorizada por ROSA (2019), onde transformações

estruturais são impostas segundo ritmos administrativos incompatíveis com temporalidades educacionais e comunitárias.

A quantificação reducionista sistemática emergiu como terceiro padrão: instituições educacionais foram consistentemente reduzidas a variáveis numéricas — número de alunos, custos operacionais por estudante, e índices de "eficiência administrativa". Aspectos qualitativos como vínculos pedagógicos, função social comunitária, e adequação territorial foram sistematicamente excluídos das análises oficiais. Um documento exemplar afirma: "a escola apresenta apenas 8 alunos matriculados, gerando custo por estudante superior à média municipal", eliminando 127 anos de história educacional através de uma equação matemática.

O quarto padrão revelou a externalização sistemática da autoridade: todas as decisões foram legitimadas através da invocação de instâncias superiores — "adequação às diretrizes do Ministério Público", "conformidade com legislação estadual", "atendimento às normas do FNDE" — que eliminaram espaços para autonomia local e participação democrática. Esta estratégia discursiva transferiu responsabilidades decisórias para instâncias abstratas, configurando o que Rosa (2022) identifica como "alienação da autoridade", onde sujeitos perdem capacidade de afetar decisões que organizam suas experiências vitais.

Finalmente, a neutralização discursiva das resistências operou como quinto padrão: as oito manifestações comunitárias protocoladas foram sistematicamente redefinidas como "questões logísticas" ou "problemas de transporte escolar", perdendo suas dimensões políticas e culturais. Argumentos comunitários sobre "ambiente familiar", "trabalho pedagógico diferenciado" e "importância territorial" foram filtrados através de critérios técnicos, exemplificando a impossibilidade de estabelecimento de relações ressonantes entre comunidades e estruturas administrativas.

4. CONCLUSÕES

Embora careça de uma análise mais ampla de documentos — muitos ainda não foram acessados — que se relacionam aos fechamentos das escolas municipais em atuação no período compreendido entre 2018 e 2020 que ainda se espera ter acesso, esta pesquisa já foi capaz de levantar, mesmo que preliminarmente, dados empíricos que evidenciam os processos de aceleração social, os quais constituíram fator determinante para o fechamento das mesmas em São Lourenço do Sul.

A análise documental revelou cinco padrões sistemáticos — padronização discursiva, compressão temporal, quantificação reducionista, externalização da autoridade e neutralização das resistências — que materializaram concretamente a penetração da lógica aceleratória nas políticas educacionais rurais.

Até o momento, esta pesquisa permitiu operacionalizar empiricamente a teoria crítica frankfurtiana através de metodologia documental replicável, oferecendo instrumentos analíticos para identificação de processos de alienação institucional em contextos específicos. Buscando desenvolver critérios objetivos para reconhecimento da aceleração social em políticas públicas, demonstrando como conceitos aparentemente abstratos manifestam-se através de práticas administrativas concretas e mensuráveis.

Também foi possível ver a violação estrutural de direitos sociais através de mecanismos temporais, revelando uma nova modalidade de exclusão que transcende categorias tradicionais de classe ou renda. Os resultados evidenciam

que a "ditadura da velocidade" elimina sistematicamente instituições que considera inadequadas, criando os "novos excluídos" da modernidade tardia independentemente de sua funcionalidade local ou relevância comunitária.

A validação empírica da hipótese inicial abre perspectivas para ampliação da pesquisa a outros municípios da região, fortalecendo a capacidade de generalização dos resultados. A investigação futura deve aprofundar estratégias de resistência comunitária à aceleração educacional e desenvolver proposições concretas que operacionalizem a ressonância como princípio orientador de políticas públicas democraticamente construídas.

A presente pesquisa comprova que a teoria crítica frankfurtiana, longe de constituir exercício acadêmico abstrato, oferece ferramentas analíticas indispensáveis para compreensão e transformação das violências estruturais contemporâneas. Ao conectar o fechamento de escolas rurais aos mecanismos globais da modernidade acelerada, evidencia-se que a resistência local constitui forma legítima e necessária de afirmação dos direitos humanos fundamentais contra a tirania da velocidade que caracteriza nosso tempo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ROSA, H. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

ROSA, H. **Alienação e Aceleração: por uma teoria crítica da temporalidade tardo-moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

SÃO LOURENÇO DO SUL. **Almanaque São Lourenço Do Sul, CEM ANOS. 1884-1984**, 1984.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 379-404, 2014.

HAGE, S. M. Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma multisseriado de ensino. **Em Aberto**, v. 24, n. 85, p. 97-113, 2014.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2020**: resumo técnico. Brasília: MEC, 2021.

SÃO LOURENÇO DO SUL. **Resolução nº 011/2018**, do Conselho Municipal de Educação (CME) de São Lourenço do Sul. 2018.

SÃO LOURENÇO DO SUL. **Parecer Deliberativo nº 024/2019**, do Conselho Municipal de Educação (CME) de São Lourenço do Sul. 2019.

SÃO LOURENÇO DO SUL. **Parecer Deliberativo nº 001/2020**, do Conselho Municipal de Educação (CME) de São Lourenço do Sul. 2020.